

importante ressaltar, neste livro, como essas teorias evoluíram e marcaram o processo de consolidação da Constituição de Weimar, o modelo histórico pioneiro da formatação social democrática moderna e, ao mesmo tempo, como o pragmatismo autoritário pode contribuir para a desagregação das políticas representativas.

O trabalho de Orides Mezzaroba, independente das linhas analíticas que procuramos demonstrar, tem dois outros especiais méritos, quando identifica genealogia dos institutos eleitorais modernos, principalmente os partidos políticos, e a sua arrumação constitucional nos diferentes países ocidentais. Nesta linha, devemos destacar, por um lado, a formatação dos partidos de natureza aberta e “representativa” e, por outro, a formatação dos partidos orgânicos. Nesta especial linha analítica o autor mostra a organização dos partidos monolíticos e classistas, que, de certa forma, também influíram na discussão dos projetos de mudança e reordenação do estado e da sociedade no século XX e destaca o pensamento do estudioso italiano Gramsci, que desenvolveu observações especialíssimas sobre a teoria marxista com evidentes efeitos sobre os modelos representativos e os modelos orgânicos de partidos políticos que proliferaram após a 2.^a (Segunda) Guerra Mundial.

Neste contexto do pensamento político ocidental, mantendo uma significativa linha de coerência, o autor conseguiu navegar pelas Constituições políticas brasileiras, do Império aos nossos dias, não apenas identificando a compreensão moderadora e autoritária do processo censitário, como também alcançou significativos níveis de organização federativa brasileira republicana. Na verdade, o livro consegue conectar elos perdidos entre diversos períodos de nossa história, mostrando, exatamente, os movimentos de acomodação dos partidos políticos, suas lideranças e seus ideais, visto que dos programas pouco poderemos falar. Por estas razões, o livro permite verificar a abordagem do autor sobre o papel dos partidos políticos nos nossos diferentes períodos históricos e, inclusive, os fluxos e refluxos da sua capacidade representativa nos modelos constitucionais autoritários e democráticos.

O autor, que na verdade preparou um estudo de especial utilidade didática, utiliza a mais moderna bibliografia internacional no desenvolvimento de seu trabalho, assim como prestigia os autores brasileiros que estudam o tema da representação política, dos partidos políticos e da organização constitucional, assim como a recuperação histórica dos institutos eleitorais. Este estudo de bases

bibliográficas clássicas e modernas, na verdade, permitiu que o autor desenvolvesse um diagnóstico sobre o Estado brasileiro, suas bases representativas e seus projetos de mudança e adaptação partidária, inclusive conforme os projetos em tramitação no Congresso Nacional e suas conexões com os modelos internacionais.

Finalmente, as linhas conclusivas desse livro, intitulado *Introdução ao Direito Partidário Brasileiro*, abrem excelentes perspectivas sobre questões da representação política no Estado democrático brasileiro, ressaltando as novas dimensões do conceito de soberania e dos direitos fundamentais da pessoa humana, permitindo uma articulação coordenada das novas bases da democracia brasileira e uma aprofundada reflexão sobre as teorias da representação política.

Nota

- 1 MEZZARROBA, O. *Introdução do Direito Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003. 347p.

